Decisão Monocrática:

Vistos etc.

Trata-se de pedido de reconsideração manejado pela AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO – AGER/MT em face de decisão monocrática proferida por esta Relatora que, em atenção ao princípio da segurança jurídica, deferiu a liminar recursal vindicada pela parte adversa para suspender os efeitos do Ato Governamental nº 5.894/2012 que aprovou o Plano de Outorga dos Serviços Públicos de Transporte Intermunicipal de Passageiros, assim como os atos subsequentes que dele dependam ou estejam por ele autorizados, visto que medida semelhante já havia sido deferida pela E. Des.^a Maria Erotides Kneip Baranjak nos autos do Mandado de Segurança nº 19.300/2012.

Pois bem.

Reanalizando a questão posta, agora sob a égide do contraditório, entendo que o decisório de fls. há que ser reconsiderado, na medida em que não evidenciada, prima facie, a relevância da fundamentação do recurso.

Primeiramente porque a única exigência contida na da dicção do art.39 da Lei nº 8.666/93 é a da realização “audiência pública concedida pela autoridade responsável com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital, e divulgada, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, pelos mesmos meios previstos para a publicidade da licitação, à qual terão acesso e direito a todas as informações pertinentes e a se manifestar todos os interessados”, o que, em princípio, foi devidamente cumprida pela Administração impetrada que promoveu a Audiência Pública no dia 14/02/2012.

Note-se que no referido artigo da lei de regência não traz qualquer comando que nos leve a concluir que o “Projeto do Novo Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado

de Mato Grosso – STCRIP” devesse se publicado antes da audiência pública.

Ao contrário, a audiência em questão é que se tornou o ato administrativo a dar publicidade ao novo Plano de Outorga.

Tanto é que o art. 2º da Portaria nº 001/2012/AGER/MT, publicada no D.O.E. nº 25732 de 27/01/2012, previa que “A Audiência Pública AGER/MT nº 001/2012 possui por objetivo a apresentação do ‘Projeto do Novo Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Mato Grosso – STCRIP/MT’, após a revisão e adaptação dos estudos e proposta de outorga, em decorrência da promulgação, pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em ato publicado no Diário Oficial de 09 de novembro de 2011, do parágrafo único do art. 19 e do art. 77, ambos da Lei Complementar Estadual nº 432, de 08 de agosto de 2011.” (gr.n.)

De se ressaltar que a possibilidade de manifestação pelas concessionárias já atuantes no setor não se adstringiu àquela audiência.

Isso porque no mesmo Diário Oficial que publicou a convocação dos interessados para a audiência em que seria apresentado o novo Plano de Outorga, foi também publicada a Portaria nº 002/2012/GER/MT, que em seus artigos 1º, 2º e 3º assim dispôs:

“Art. 1º O Plano de Outorga da concessão do serviço principal do Novo Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Mato Grosso – STCRIP-MT, após a apresentação pública e oficial do projeto de reestruturação na Audiência Pública nº 001/2012, será publicado na página de internet da AGER-MT, a partir do dia 15/02/2012 para fins de contribuição, apreciação e conhecimento dos interessados em geral.

Art. 2º O prazo de recebimento das contribuições da presente consulta pública será de 15/02/2012 a 29/02/2012.

Art. 3º As contribuições deverão ser encaminhadas à AGER-MT, por meio do correio eletrônico: concessao@ager.mt.gov.br, com a identificação de

autoria (Nome, RG e Instituição, se o autor participar de alguma) no idioma português.

Art. 4º Para fins de verificação do cumprimento do prazo de que trata o art. 2º, serão consideradas as contribuições encaminhadas até às 24h do dia 29/02/2012;”

Assim, não estando plenamente demonstrado, em princípio, que tais oportunidades de se manifestar no procedimento administrativo em questão foram posteriormente suprimidas ou decotadas, inviável o deferimento do efeito suspensivo nesta fase recursal de cognição rasa.

Ademais, oportunizada a realização da audiência exigida pela lei, foi atendido o princípio da publicidade que, em verdade, visa preservar o interesse público em geral, e não desta ou daquela sociedade empresarial interessada na inércia da implementação do novo plano governamental para o setor.

Mas não é só.

A implementação do novo Plano de Outorga visa, na realidade, dar cumprimento a Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (fls.242/251-TJ), firmado ainda em 25/09/2007 entre o Ente recorrido e o Ministério Público estadual, para dar fim a um problema de políticas públicas já antigo que vinha se arrastando de há muito, qual seja, a prestação de serviços de transporte intermunicipal por concessionárias atuantes de forma precária, em descompasso com a norma do art.37, XXI da Constituição Federal.

A prevalecer a decisão aqui reconsiderada, teremos o ajuizamento de infindáveis ações judiciais que, a pretexto de tentar defender os interesses da coletividade, almejam, na verdade, e a qualquer custo, defender interesses particulares com a perpetuação de empresas na condição de exploradoras de linhas de transporte interestadual de passageiros sem a devida licitação que as titularize.

O que não se pode admitir é que a Administração recorrida se torne verdadeira vítima de decisões judiciais conflitantes, ora determinando que

se realiza o devido processo licitatório a toque de caixa – muitas vezes cominando multa diária pelo descumprimento da determinação – ora profira decisões tendentes a atravancar referido certame.

Essa nefasta realidade foi objeto da percepção do Ministro César Asfor Rocha, do E. Superior Tribunal de Justiça que, em caso assemelhado, assim ponderou:

“AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. TRANSPORTE COLETIVO. – A paralisação de licitação que se arrasta desde 2006, no caso em debate, prejudica o objetivo do certame, qual seja a melhoria do transporte urbano coletivo, sob os critérios de conveniência e oportunidade estabelecidos pela municipalidade. Agravo regimental improvido.” (STJ – Corte Especial – AgRg na SS 2266/MG – Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA – julgado em 03/02/2010, DJe 04/03/2010)

Por tais razões, reconsidero o decisório fls.200/201 e, de consequência, revogo liminar recursal deferida, mantendo incólume a decisão agravada.

No mais, aguarde-se o advento das informações do juízo singular e do parecer ministerial.

Após à conclusão.

Intimem-se

Cumpra-se com urgência.

Cuiabá, 10 de abril de 2012.

Dra. MARILSEN ANDRADE ADDARIO

Juíza de Direito de 2º Grau de Jurisdição